O Setor Elétrico Brasileiro e a Sustentabilidade no Século 21 – Oportunidades e Desafios

Português

Resumo Executivo

Esta é a segunda edição revista e ampliada da publicação: **O Setor Elétrico Brasileiro e a Sustentabilidade no Século 21 – Oportunidades e Desafios.** O relatório traz novas e contundentes análises sobre a situação do setor elétrico brasileiro, os equívocos da política energética oficial financiada principalmente com recursos públicos e as alternativas e potencialidades do país para geração de energia elétrica.

A iniciativa deste documento surgiu da constatação de que os questionamentos sobre a viabilidade social, econômica e ambiental de barragens controversas, como Belo Monte e outras, necessitam ser complementados por argumentos convincentes sobre a existência de melhores alternativas de políticas públicas para o setor elétrico. E elas existem.

Mas é preciso que haja abertura no governo para a urgente revisão de premissas adotadas ao definir cenários futuros de demanda energética – que não sejam exclusivamente a partir de projeções de crescimento econômico medido pelo Produto Interno Bruto (PIB), desconsiderando questões essenciais como a eficiência energética e o destino da energia.

Um aspecto relevante nesse contexto destacado no relatório é que, atualmente, cerca de 8% da energia elétrica consumida no Brasil deixa o país incorporada no minério de ferro, em produtos siderúrgicos, nos lingotes de alumínio, nas ligas de ferro e no papel e celulose, que são exportados com baixo valor agregado, pouca geração de empregos e elevado custo socioambiental.

Os autores da publicação alertam que é necessário priorizar o aumento da eficiência energética e reduzir desperdícios. Destacam ainda que a eficiência econômica do setor elétrico é elemento essencial da inovação tecnológica e da competitividade industrial, mas faltam incentivos para isso.

Até 2020, o setor de petróleo e gás receberá R$ 590 bilhões e a construção de novas hidrelétricas terá R$ 190 bilhões em investimentos do governo federal, enquanto a eficiência energética sequer tem um valor definido, informam os autores. Este desequilíbrio nos investimentos públicos contribui para a falta de competitividade da produção industrial brasileira, entre outros efeitos negativos.

O Brasil joga fora uma enorme quantidade de energia elétrica que poderia ser aproveitada para o seu desenvolvimento. As perdas no sistema de transmissão de energia elétrica no país são de cerca de 20% – um dos índices mais elevados do mundo. E isso provoca impactos diretos no aumento da tarifa do consumidor, associado à ausência de recolhimento de impostos pela energia não faturada, como demonstram os estudos aqui apresentados.

Essas perdas foram constadas pelo Tribunal de Contas da União, mas não há concordância interna entre os setores que cuidam desse assunto no governo em relação a tais perdas, o que gera inércia na busca de soluções. Caso houvesse os investimentos necessários no aumento da eficiência do sistema de transmissão de energia elétrica brasileiro, haveria significativa redução nas pressões para construir novas hidrelétricas na região amazônica.

No entanto, o governo segue planos ambiciosos para acelerar a construção de hidrelétricas na Amazônia Legal nos próximos anos. Os autores descrevem aqui os graves impactos socioambientais a jusante e a montante – como emissões de gases de efeito estufa, perdas da biodiversidade e o comprometimento dos meios de vida e direitos de populações locais – associados à atual febre de construção de barragens na Amazônia. Tais consequências são subdimensionadas ou mesmo desconsideradas em estudos de inventário de bacia e Estudos de Impacto

Ambiental (EIA) elaborados pelo setor elétrico do governo e empreendedores privados.

Os autores concluem pela necessidade de superar noções equivocadas sobre usinas hidrelétricas como fonte de energia limpa, barata e renovável. Advertem ainda que urge reverter tendências de rebaixamento de salvaguardas socioambientais, inclusive quanto ao cumprimento da legislação brasileira e de normas internacionais sobre direitos humanos e a proteção ambiental, além de eliminar incentivos perversos para a construção de barragens, como a concessão de créditos de carbono no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

No caso dos Complexos Hidrelétricos de Belo Monte, no rio Xingu, e do Tapajós, os cenários de risco avaliados nos estudos aqui apresentados demonstram a inviabilidade de ambos os empreendimentos em decorrência da influência de variáveis como: tempo de construção, custos, emissões de carbono e preço de mercado dos créditos de carbono. O resultado serão aportes extraordinários para a implantação dos projetos na forma de renúncia fiscal, subsídios cruzados e participação de empresas estatais e fundos de pensão cujas orientações de investimento sejam, de alguma maneira, influenciadas pelo Executivo federal, como já ocorre com Belo Monte.

Os estudos sobre financiamento de grandes hidrelétricas também revelam fragilidades nas políticas de análise de risco e salvaguardas socioambientais dos bancos públicos, privados e empresas seguradoras. Destacam que a tomada de decisões das instituições financeiras está sendo orientada pela simples obtenção de licenças ambientais; porém ressaltam que tais licenças são dotadas de vícios jurídicos presentes em seus processos administrativos, além de violarem acordos voluntários, como os Princípios do Equador e Protocolo Verde.

Caso permaneçam tais vícios nos processos de licenciamento, os bancos poderão arcar com os imprevisíveis riscos econômicos dos projetos e, conforme o instituto da responsabilidade objetiva no direito ambiental brasileiro,

responderão pelos danos ambientais, independentemente da existência de aparentes licenças ambientais, adverte o relatório.

O gigantesco potencial de energia solar e eólica está gravemente menosprezado nas políticas públicas do setor energético, atesta o relatório. Com base em tecnologias disponíveis para o aproveitamento de energia solar captada em menos de 5% da área urbanizada do Brasil (ou 0,01% da área do país), seria possível atender a 10% de toda a demanda atual de energia elétrica nacional.

No caso da energia eólica, o potencial inexplorado é de 300 GW, quase três vezes o total da capacidade instalada atualmente no país. Entretanto, a ausência de uma política consistente de incentivos para a inovação tecnológica e ampliação de escala, assim como entraves de regulamentação, representam obstáculos para o efetivo aproveitamento das enormes oportunidades para a expansão da energia solar e eólica no Brasil.

Na análise do potencial da bioeletricidade na matriz elétrica brasileira, os autores afirmam que o aproveitamento da biomassa da cana-de-açúcar para co-geração de energia elétrica representa para o país uma importante fonte alternativa aos derivados de petróleo e outros combustíveis fósseis. O potencial de geração desta fonte poderia alcançar 14.000 MW médios em 2021, o que corresponde à produção de três usinas de Belo Monte.

Os investimentos privados em energia renovável no Brasil cresceram 8% em 2011, saltando para 7 bilhões de dólares, por conta principalmente da energia eólica. Globalmente, o investimento em energia renovável chegou a 237 bilhões de dólares em 2011, ultrapassando os 223 bilhões de dólares de despesa líquida na construção de novas usinas movidas a combustíveis fosseis, indicando uma tendência crescente e animadora para o setor de energias renováveis, não incluindo as hidrelétricas.

Mas para o aproveitamento das oportunidades e superação de entraves apontados é necessário viabilizar mecanismos de transparência e espaços

democráticos de debate e diálogo entre governo e sociedade, o que não está efetivamente ocorrendo por falta de vontade política do governo.